

Capítulo III

As sublevações de negros no Brasil anteriores ao século XIX – Palmares

Raymundo Nina Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, RN. *Os africanos no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. pp. 78-105. As sublevações de negros no Brasil anteriores ao século XIX – Palmares. ISBN: 978-85-7982-010-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAPÍTULO III

As sublevações de negros no Brasil anteriores ao século XIX – Palmares ¹

Sumário:

I. Conhecimento insuficiente destas insurreições. II. Palmares. Discordância aparente dos historiadores nas suas referências a este estado: origem dessa discordância na suposição de que trataram de um só feito, quando, de fato, pelo menos a três fases distintas se reportam: Palmares holandês até a destruição de Bareo (1630-1644); primeiro Palmares português até as campanhas de D. Pedro de Almeida (1644-1678); Palmares final (1678-1697). III. O segundo Palmares, de 1644 a 1678. Organização política e social de Palmares, de feição rigorosamente africana. Relevância do serviço prestado à civilização com o destruí-lo. IV. As campanhas de Palmares. Lutas holandesas. Insucesso das primeiras 25 expedições portuguesas. A campanha organizada por D. Pedro de Almeida. V. A campanha final: destruição definitiva da “Tróia negra”. VI. Questões etnográficas relativas a Palmares; era sudanês ou bantu? VII. Insurreição africana de Minas Gerais em 1756; dúvidas sobre a sua realidade. VIII. Quilombos de São Tomé, São José, Carlota.

¹ Este capítulo foi pelo autor publicado no *Diário da Bahia* de 20, 22 e 23 de agosto de 1905, sob o título *A Tróia Negra. Erros e Lacunas da História de Palmares*. (Nota de H. P.)

I. Nas insurreições de negros escravos, anteriores às guerras santas dos Musulmis, de todo perde-se o cunho das lutas organizadas, enfraquece-se o nexa ao desígnio de um esforço pela liberdade, não se percebe mais vibrar o sentimento nostálgico da longínqua terra natal. As inspirações patrióticas ou religiosas que as animaram se esbatem talvez na insuficiência dos conhecimentos que delas chegaram aos nossos dias. E para esse resultado haviam de ter colaborado por igual o desprezo dos senhores pelos escravizados, a ignorância das leis que regem o desenvolvimento dos povos, a imprevisão da influência histórica que sobre os vencedores exerceram sempre os povos dominados. Difícil assim decidir hoje que nações pretas as promoveram, a que móveis imediatos obedeciam, quais os intuítos a que se propunham. Todavia, mesmo assim desconhecidas, de algumas se tem feito grandiosas epopéias da raça negra. E a mais sabida, sem dúvida a mais notável, dentre todas a que melhor escapou ao ingrato olvido dos pósteros, foi aquela que impròpriamente se crismou de República dos Palmares.

II. PALMARES. – Fixam alguns historiadores a data precisa de 1630, para o início dos quilombos constitutivos dos Palmares. Mas, antes parece que de tempos bem remotos por aqueles sítios se refugiaram, das fazendas vizinhas, os negros que se escapavam aos rigores do cativeiro. A luta com os Holandeses deu-lhes força e incremento. Já em 1644, ensina Gaspar Barleo, os Holandeses batiam os quilombos, situados então próximos a Porto Calvo e divididos em pequenos e grandes Palmares. A estes, no dizer de Barleo, a fogo e ferro destruiu Rodolfo Bareo. Para a época da restauração de Pernambuco, cerca de 1650, porém, quarenta negros, todos de Guiné, buscaram de novo o sitio ou ruínas do antigo quilombo e lá o reconstruíram, não já divididos em grandes e pequenos Palmares, mas abrangendo povoados distintos, confederados sob a direção de um chefe.

De modo inexato se referem alguns historiadores a Palmares como a feito único, a um só e mesmo Estado. No decurso dos seus 67 anos de existência, por mais de uma vez, parece ter-se rompido ali a continuidade na sede da sua ocupação, de contínuo mudada ou transferida; na direção governativa dos seus chefes, que por ventura foram diversos Zumbis; e até, é quase certo, nas gerações que por ali passaram e que, no pensar de alguns, se contaram por quatro. A solução de continuidade que o êxito das campanhas de Bareo e de D. Pedro de Almeida devia ter posto na existência

de Palmares, permite marcar na sua história três períodos distintos: Palmares holandês destruído em 1644 por Bareo; Palmares da restauração pernambucana, destruído pela expedição de D. Pedro de Almeida; Palmares terminal, definitivamente aniquilado em 1697. Como facialmente se poderiam reconstituir os quilombos, destroçados das duas investidas, não é difícil entender, dadas as lutas da restauração de Pernambuco no domínio holandês e no período posterior, os escassos recursos da colônia portuguesa por um lado, a cópia avultadíssima de negros importados pelo tráfico, de outro lado.

Mas tal descontinuidade antes se deve admitir da direção política e organização de quilombo, do que da sua existência, pois a esta não chegaram a interromper nem a campanha de D. Pedro de Almeida, nem os sucessos de Bareo.

São de valor e exatidão muito desiguais as crônicas e notícias que dessas diferentes fases possuímos. À primeira ou holandesa se referem extraias de historiadores batavos. Da segunda, a minuciosa e circunstanciada relação dos feitos do governador D. Pedro de Almeida contrasta com as notícias incompletas umas, suspeitas de exageradas outras, relativas à fase terminal da luta. O importante manuscrito² oferecido em 1859 ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro pelo Cons. Drummond, de titulo: Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador D. Pedro de Almeida de 1675 a 1678, destrói muitas das dúvidas que, em 1841, manifestava o Desembargador Silva Pontes³ sobre a sede exata, a população e outras condições destes quilombos.

Do Palmares holandês é bem resumida a crônica. Barleo⁴ ensina que era dividido em grande pequeno, dando ao primeiro cinco e ao segundo seis mil habitantes.

Desconvém desta estimativa curioso *Diário*⁵ de uma expedição comandada pelo capitão João Blaer, traduzido e publicado pelo Dr. Alfredo

² *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, 1859, vol. 22, pág. 303.

³ Dr. Silva Pontes. Programa: Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil? (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, vol. 3, 1841, pág. 149).

⁴ Gaspar Barleo, *loc. cit.*, pág. 243.

de Carvalho. Não se lhe dá o autor, que certamente não foi o próprio capitão, obrigado a retroceder logo nos primeiros dias por gravemente enfermo substituído na jornada pelo tenente Jurgens Reijimbach. Mas qualquer que fosse, quem descreve o faz *de visu*. Os expedicionários saídos de Salgados a 26 de fevereiro de 1645, a 18 de março encontraram um Palmares há três anos abandonado por insalubre. Era das proporções do Palmares habitado que, situado mais afastado, só foi alcançado a 21. Constava este Palmares de uma rua, larga de uma braça e longa de meia milha, estendida de Oeste a leste.

As casas eram em número de 220 no meio delas erguia-se uma igreja, quatro forjas e uma grande casa de conselho: havia entre os habitantes toda a sorte de artífices e o rei os governava com severa justiça, não permitindo feiticeiro entre a sua gente e quando alguns negros fugiam mandava-lhes crioulos ao encalço e uma vez pegados eram mortos, de sorte que entre eles reinava o terror, principalmente nos negros da Angola.

Com quatro portas, Palmares era cercado de estrepes, confinava com um alagadiço por um lado e com árvores derribadas e cruzadas do outro.

Perguntamos aos negros qual o número da sua gente e ao que nos responderam haver 500 homens além das mulheres e crianças; presumimos que uns pelos outros há mil e quinhentos habitantes, segundo deles ouvimos.

Este, conclui o Diário, era o Palmares grande de que tanto se fala no Brasil.

III. Ao tempo a que se refere o manuscrito do Cons. Drummond, distribuíam-se não os dois, mas os diferentes Palmares, por uma extensão de mais de 60 léguas, em vasta zona de palmeirais que cortada de outras inatas corre, ao longo da terra das Barrigas, da parte superior do rio de São Francisco, quase de norte a sul, até o sertão de Santo Agostinho.

Ao noroeste estava o mocambo do *Zambi*, 16 léguas de Porto Calvo; ao norte deste, distância de 5 léguas, demorava o de *Arutirene*; a leste destes, ficavam dois mocambos chamados das Tabocas; destes ao noroeste

⁵ Diário da viagem do capitão João Blaer aos Palmares em 1645 (da Coleção *Brieven en Pepieren Brasiliën*, traduzido do holandês por Alfredo de Carvalho). *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Peruambucano*, Vol. X, março, 1902; nº 50, pág. 87).

e na distância de 14 léguas o de *Dambrubanga*, e ao norte deste, a 8 léguas, a cerca chamada *Subupira*; desta a 6 léguas ainda para o norte a cerca real chamada o Macaco; 5 léguas ao Oeste desta, o mocambo do *Osengá*; a 9 léguas de Serinhaem para o noroeste a cerca do *Amaro*; 25 léguas das Alagoas ainda para o noroeste o Palmares de *Antalaquituxe*, irmão do *Zambi*. E entre estes todos que são os maiores e mais defensáveis há outros de menor conta e de menor gente.

Macaco era então a cidade real, a capital da federação. Tinha para mais de 1500 casas e era fortificada de um cerco de pau a pique e de fojos e estrepes de ferro. Nela havia uma capela onde a expedição portuguesa encontrou uma imagem do Menino Jesus, outra de São Brás e outra da Senhora da Conceição. A segunda cidade era *Subupira* com mais de 800 casas, dilatando-se pela extensão de quase uma légua e plantada sobre o rio *Cachingi*. É este o sítio provável onde demorou o pequeno Palmares dos tempos da ocupação holandesa, pois a ele quadra a descrição de Barleo.

Aqui habitava o *Zona*, irmão do rei, e era a praça forte em que se aprestavam as guerras. Também estava cercada de fojos e estrepes protetores. As outras cidades, governadas pelos cabos e subchefes, eram muito diferentes de importância; todas, porém, mais ou menos fortificadas.

Este Estado negro que nos recessos das brenhas assim se constituía e fortalecera, tinha tido começos mais modestos em diminuta reunião de escravos fugidos, que, aumentando de número com o tempo, tiveram de raptar as mulheres de que careciam; pois, menos aptas a fugir dos engenhos e fazendas do que os homens, estavam elas em grande falta nos quilombos. O símile com o feito histórico do roubo das Sabinas tem oferecido tema aos historiadores entusiastas dos Palmares, para firmar, para os Negros, neste traço acidental de fortuita parecença com os dominadores do mundo antigo, novo título de admiração. Mas, como era de prever, contestando a afirmação de Rocha Pita, de que não tivesse sido o rapto das Sabinas nem mais geral nem mais completo, ensina Denis⁶ que “sabido é que os habitantes de Palmares se apoderaram simplesmente à mão armada das mulatas e mesmo brancas, que se achavam nas roças dos arredores”.

⁶ Devo declarar que não encontrei, na *História da América Portuguesa*, o juízo que Ferdlinand Denis atribui a Rocha Pita.

Crescia, todavia, a nação negra que, dando-se a mais e mais à agricultura, passou a estreitar com os vizinhos, a cujo respeito já se impunham pelo número, relações comerciais em que, como em África, os produtos extrativos se permutavam com artigos industriais, sobretudo armas e munições.

Assim se constituiu um Estado negro que Rocha Pita comparou a “uma república rústica, bem ordenada a seu modo”, de onde lhe veio o apelido histórico de República dos Palmares⁷. Mas esta qualificação de república só lhe poderia convir na acepção lata de Estado, jamais como justificação da forma de governo por eles adotada. Não se pode tomar à letra a eletividade do Zambi ou chefe, em que aquela denominação se inspirou, pois esta eletividade não era a das repúblicas modernas, mas, como em toda a África selvagem, a do chefe mais hábil ou mais sagaz. Ali se constituiu uma certa polícia de costumes de que é bom notar não se excluiu a instituição da escravidão. “Todos os negros fugitivos que conquistaram a sua liberdade, a conservam entre os habitantes de Palmares; todos os que se arrancavam das roças ficavam escravos”. Melhor se desenvolveu e apurou esta polícia na defesa interna e externa em um esboço de organização da justiça e da guerra. Ali eram punidos de morte o homicídio, o adultério e o roubo; de morte se puniam ainda aqueles que, já sendo livres em Palmares, voluntariamente regressavam ao cativo em casa dos seus antigos senhores; menor era a pena em que incorriam os escravos de Palmares que se evadiam. Devia ser assim. A suprema lex na manutenção de Palmares era a capacidade de manter a liberdade adquirida: faltar a esse dever era desertar e trair a causa comum e o máximo da punição devia correr em auxílio dela, a soerguer e sustentar os ânimos dúbios.

Sobre a organização social e a polícia de Palmares, não é lícito admitir os exageros manifestos de alguns historiadores. O desembargador Silva Pontes põe em dúvida a população de 20.000 almas que alguns lhe atribuem e mostra como reina neste particular a maior divergência entre os historiadores. É de prever que o desconhecido da distância e do natural retraimento de negros fugidos, acrescido das dificuldades a superar na dominação de Palmares, de sobra tivesse influído para exagerar-lhes as

⁷ Monarquia eletiva, diz Ayres do Casal, *Cronografia Brasileira*, 2ª ed., 1845, t. II, pág. 143.

proporções e a importância. É fato este comezinho e de observação trivial que, em melhores condições de verificar-se e informar-se, se está reproduzindo em nossos dias. Os cálculos mais descontraídos se fizeram ainda há pouco sobre o efetivo de combatentes do pequeno reduto de Canudos, visitado pela população sertaneja da Bahia inteira e a horas apenas de povoações importantes. E, de fato, se ficou ignorando qual ele fosse ao certo.

Assim as cidades de Palmares. Ninguém há de jurar nas palavras de Rocha Pita quando lhes descreve grandezas que não podiam possuir. À especial arquitetura do palácio do Zambi, justamente negam fé hoje os entendidos, por contrária e em desacordo com tudo o que se sabe da capacidade e cultura dos palmarinos. Como em geral nas cidades africanas, mesmo as mais importantes, as cidades de Palmares deviam ser verdadeiros agrupamentos de pequenas vilas, quarteirões ou distritos, em que raças, povos ou famílias diversas, regidas por reis e costumes diferentes, muitas vezes se associam ou confederam. E assim era Palmares. “As habitações não formam ruas como em nossas cidades; estavam dispersas pelo meio de espaços de terrenos cultivados e cortados por diversos regatos”. Explicam-se, pois, as extensões de léguas que são marcadas a essas cidades.

Que na organização de Palmares tivessem tido voto e peso os foragidos de cor de todos os matizes, temperando e não mascarando o ascendente de chumbo da direção africana, é coisa natural e com que se devia contar. Palmares nascia desse mesmo ajuntamento de escravos e aventureiros de cor que nem todos eram negros. Sem fortes e radicadas tradições de governo africano, as noções de que se tinham impregnado os negros na longa convivência com o povo em cujo seio viveram escravos, deviam forçosamente comunicar a Palmares tons das regras e hábitos a que estiveram submetidos. Assim Como os hábitos adquiridos na América emprestavam característicos especiais aos africanos que regressavam à Costa onde eram tidos por colônia brasileira, assim no governo de Palmares muito devia haver de importado das práticas e costumes da colônia portuguesa.

O que se apura, em resumo, das descrições conhecidas é que em liberdade os negros de Palmares se organizaram em um estado em tudo equivalente aos que atualmente se encontram por toda a África ainda inculta. A tendência geral dos Negros é a se constituírem em pequenos

grupos, tribos ou estados em que uma parcela variável de autoridade e poder cabe a cada chefe ou potentado. Cada vez que aparece um chefe de maior prestígio e felicidade na guerra ou no mando, esses pequenos estados se subordinam a um governo central despótico que se pode considerar eletivo neste sentido de tocar sempre ao que dá provas de maior valor ou astúcia. Palmares não é um caso especial e sem exemplo na história dos povos negros.

Como Palmares no Brasil, eram cidades ou Estados compostos de escravos fugidos e aventureiros “Atakpamê” nos Ewes, “Abeokutá” no Egbá, mas sobretudo “Aguê” ou “Ajigô” no Pequeno Popô, onde libertos do Brasil concorriam com Mahis expulsos do Dahomey, com Nagôs repelidos do centro e Americanos da Libéria. Mais estreitas são, porém, as suas analogias com Farabana no Bambuk, Alto Senegal. Como Palmares, Farabana, em que se tinham refugiado os escravos dos distritos vizinhos, constituiu, no século XVIII, um estado Temível, graças ao número, audácia e valor dos negros e à fertilidade do solo.

Se à lição que dá a história destas cidades de negros fugidos, que todas se mantiveram independentes e agressivas, acrescentarmos o perigo que o coronel Binger denunciava, para a civilização e para a sorte das colônias francesas do Sudão, na constituição dos grandes Estados negros, melhor se porá em destaque a benemerência das armas portuguesas, destruindo o formidável quilombo de Palmares. O sentimento de simpatia pela mísera sorte dos Negros escravizados, que é a generosa característica da nossa época; a justa admiração pelo valor e denodo com que Palmares soube defender-se; e mais ainda o sacrifício de seus chefes, preferindo o suicídio ao cativo ou à punição, no que se quer encarnar um culto heróico à liberdade, tem fascinado a muitos historiadores e publicistas que, na exaltação da República, quase chegam a lamentar o seu extermínio. Mas acima dessa idolatria incondicional pela liberdade que pode, em sua cegueira sectária, confundir coisas distintas e descobrir intuítos liberais onde houve apenas o instinto de salvação, para o respeito pela cultura e civilização dos povos. Em nome da civilização e progresso futuros da colônia lusitana, tem-se acreditado justo e permitido deplorar-se o insucesso do domínio holandês no Brasil.

A todos os respeitos menos discutível é o serviço relevante prestado pelas armas portuguesas e coloniais, destruindo de uma vez a maior das

ameaças à civilização do futuro povo brasileiro, nesse novo Haiti, refratário ao progresso e inacessível à civilização, que Palmares vitorioso teria plantado no coração do Brasil. E esse sucesso não foi produto de uma ação fácil e sem perigo. Custou ao contrário à tenacidade e previdência do governo colonial grandes sacrifícios de homens e de dinheiro.

IV. Das expedições holandesas conhecidas ocupa o primeiro lugar a de Rodolfo Bareo. Ensina Barleo⁸ que, em 1644, o Príncipe Maurício de Nassau, para pôr termo aos danos causados à colônia holandesa pelo vizinho quilombo de Palmares, aprestou e enviou contra ele uma expedição chefiada por Bareo, já de sobra experimentado, o qual destruiu Palmares, matando centena de negros e trazendo trinta e um prisioneiros.

No entanto, o *Diário* da expedição do capitão João Blaer mostra que, já em começo de 1645, o grande Palmares, suposto destruído a ferro e fogo por Bareo, não só subsistia como era florescente. É de notar que, referindo-se o Diário a uma mudança de localidade deste Palmares, realizada três anos antes, por insalubridade do sitio, não diga palavra da expedição de Bareo. Se a esta se deve referir o seguinte trecho, muito se lhe amesquinha o mérito:

A 19 do dito pela manhã caminharam uma milha e chegaram ao outro Palmares onde estiveram as gentes holandesas, com brasileiros e tapuios e incendiaram-no em parte, pelo que os negros o abandonaram e mudaram o pouso para dali a 7 ou 8 milhas, onde construíram um novo Palmares igual ao que precedentemente haviam abandonado.

Ao Sr. Dr. Alfredo de Carvalho, tão versado nos documentos holandeses referentes à ocupação de Pernambuco, comuniquei as dúvidas que o Diário de Blaer fez nascer no meu espírito sobre a realidade, ou mais precisamente sobre a importância que Barleo atribui à expedição de Bareo, e pedi-lhe verificasse que contribuição prestavam à elucidação do ponto as cartas nassovianas cuja tradução está publicando. Gentilmente o fez, comunicando-me nada ter encontrado a respeito. Mas, no ponto da minha

⁸ Barleo. Dux facti fuit Rodolphus Baro, audax animi et impeterritus, qui adscitis ad reliquias copias Taujis centum, cum Minores vastare et diripere pararet, incidit in Majores, quas ferro flammique pessumdedit. Cecidére Negritoe centum, é nostris in ipsa aggressionem unus, sauciis quatuor. Captivi abducti triginta et unus, inter quas Brasiliani septem et Mulatoe aliquot minores. *Res gestoe Mauriti*, etc. pág. 291.

dúvida, emite hipótese pessoal, deduzida da comparação do trecho de Barleo com o seguinte de Luís Driesen⁹:

Nas densas florestas ao norte da Paraíba tinham-se aos poucos aglomerado bandos de escravos fugidos, cujo número chegou a 6.000 homens. A princípio moravam em cabanas feitas de ramos e viviam da caça e dos frutos silvestres; em breve, porém, começaram a exercer depredações, tornando-se tanto mais nocivos aos agricultores da Paraíba, com seduzir-lhes os escravos a fugir. Contra eles foi enviado Rodolfo Bareo, em fins de 1643, com algumas centenas de tapuias a ele dedicados e soldados holandeses. Penetrou ele até à aldeia principal, devido às numerosas palmeiras chamadas Palmares, incendiou as cabanas e passou à espada os que resistiram. A maioria dos negros salvou-se no mato e Bareo trouxe apenas poucos prisioneiros.

Atendendo a que o estado de lutas permanentes, em que vivia a colônia, permitia naqueles tempos a fácil organização de quilombos por todo o Brasil oriental, acredita o Dr. Alfredo de Carvalho que, não contra a República dos Palmares, mas contra outro quilombo de igual nome, que Driesen coloca ao norte da Paraíba, foi dirigida a expedição de Bareo.

É assas provável, escreve-me ele, que os escravos, escapados dos engenhos da Paraíba, se tivessem congregado em *quilombo* no seu extremo setentrional e que contra estes fosse ordenada a expedição de Rodolfo Bareo. A diligência de Bareo teve provavelmente por objeto a extinção ou dissolução dum *quilombo* ao norte da Paraíba, nunca foi um cometimento ao formidável núcleo da Serra da Barriga.

Não nos calou no espírito esta hipótese do ilustre investigador pernambucano. Precisamente o oposto se nos afigura provar a citação de Driesen. Ela confirma plenamente o Diário do capitão Blaer, mostrando: 1º, contra Barleo, que a expedição holandesa, que antes de Blaer tinha estado em Palmares, nada conseguiu, limitando-se a incendiar em parte a povoação que os negros voltaram a reedificar mais longe; 2º, de acordo com Barleo, que essa expedição foi a de Bareo, pois Driesen, Blaer e Barleo falam todos numa expedição de indígenas ou tapuias, dirigida por holandeses. Não invalida este modo de ver a circunstância de Driesen colocar Palmares ao

norte da Paraíba. Pois não é licito ver nisso mais do que um erro geográfico ou de localização, em que é possível tenha tido grande papel uma simples questão de nomes, confundindo-se a capitania da Paraíba com o rio Paraíba, em que, segundo Barleo, se vinha derramar o rio Gungohahy, em cujas margens estava situado o pequeno Palmares. No seu *Diário*, Blaer também fala insistentemente no rio Paraíba.

A descrição de Driesen quadra por demais à República dos Palmares, para autorizar a suposição de existir, na mesma época, outro quilombo do mesmo nome, tirando a sua denominação da mesma circunstância local, constituindo-se gradualmente do mesmo modo, igualmente formidável pelo exagerado número dos negros (6.000) e do qual, certamente não destruído por Bareo, nunca mais se fez menção na nossa história. O erro de sede, cometido por Driesen, se houve, de fato, erro, virá a ser mais uma das tantas discordâncias apontados pelo Desembargador Silva Pontes na história de Palmares.

Como quer que seja, de resultado negativo foi a expedição do capitão João Blaer, pois se limitou a incendiar os casebres dos negros, a prender e matar alguns destes. Os demais, em tempo avisados de Alagoas, se tinham posto ao abrigo de qualquer surpresa evitando a luta. A expedição regressou a Salgados a 2 de abril do mesmo ano.

Da expulsão dos Holandeses às expedições de D. Pedro de Almeida se haviam feito vinte e cinco investidas contra Palmares, e todas se malograram.

A primeira, ainda organizada pelo restaurador de Pernambuco, mestre de campo general Francisco Barreto, foi confiada ao capitão André da Rocha. A divergência dos oficiais quase a ia frustrando. Passou a dirigi-la o tenente Antônio Jácome Bezerra que conseguiu grande vitória sobre Palmares, em que se fizeram cerca de duzentos prisioneiros. A este capitão muitos outros se seguiram. No manuscrito acima referido, que para a descrição destas campanhas resumimos livremente, cotejando-o com o

⁹ Luis Driesen: *Leben des Feurstens Johann Moritz von Nassau-Siegen* (Berlim, 1849, págs. 124-125), *apud* Dr. A. de Carvalho.

artigo do Sr. Pedro Paulino da Fonseca¹⁰, mencionam-se dezoito. Mas de todas essas empresas nenhum resultado definitivo se obteve.

Assumindo a direção da capitania de Pernambuco em 1674, D. Pedro de Almeida pôs todo o seu cuidado em destruir Palmares; preparou os elementos para uma campanha decisiva; fez depósito de víveres em Serinhaem, Porto Calvo, Una e Rio de São Francisco; determinou contingentes de tropas, ordenou ambulâncias, designou cirurgiões e religiosos. O comando da expedição foi confiado ao sargento-mor Manuel Lopes, que se achou em Porto Calvo a 23 de setembro de 1675 com 280 homens brancos, mulatos e índios, e a 28 desse Inês partia para Palmares. Só a 22 de dezembro descobriu uma grande cidade de mais de duas mil casas, fortificada de estacas e pau a pique, com grande número de defensores. Após uma luta de mais de duas horas e meia, os soldados atearam fogo às casas construídas de materiais muito inflamáveis. Com o incêndio debandaram os negros, caíram sobre eles os soldados que mataram muitos e aprisionaram 70. Apesar de sofrimentos de toda a sorte, o sargento-mor ali estabeleceu arraial durante cinco meses. Com tal vizinhança, mais de cem negros procuraram seus senhores. Mas, sabendo o sargento-mor que os negros se haviam retirado para além de 25 léguas de Palmares, lá os foi perseguir e os destroçou de novo, ficando ferido, de uma bala alojada na perna, o Zambi, deles rei e general, “negro de singular valor, grande ânimo e constância rara”. Regressando o sargento-mor com estas novas, entendeu D. Pedro de Almeida de dar cabo de Palmares e para esse empreendimento escolheu o capitão-mor Fernão Carrilho que se achava a esse tempo em Sergipe, muito prestigiado com os sucessos e vitórias alcançadas, destruindo nos sertões da Bahia mocambos e aldeias de índios. Fernão Carrilho, com parentes e aliados, partiu para Pernambuco e ali confirmado no seu mandato e sob promessa de que lhe seria deixada a jóia que era costume dar aos governadores, tratou de aprestar-se para a jornada.

Todas as câmaras contribuíram com auxílios para essa empresa, sendo os mais avultados os de Olinda e Porto Calvo. Todavia, ao chegar a esta última vila, apenas encontrou Carrilho 185 homens entre brancos e índios do Camarão. Apesar de tudo, prosseguiu a sua jornada, partindo de

¹⁰ Pedro Paulino da Fonseca, Memória dos feitos que se deram durante os primeiros anos de guerra com os negros dos Palmares, etc. *Revista do Inst. Hist. e Geog. do Brasil*, tomo 39, 1876, pág. 293.

Porto Calvo com toda a solenidade a 21 de setembro de 1677. Demandaram primeiro a cerca de *Aqualtune*, nome da mãe do rei, a qual morava em mocambo fortificado, 30 léguas ao noroeste de Porto Calvo. A 4 de outubro, ali chegaram, mas pressentida a tropa, fugiram os negros, morrendo muitos e ficando prisioneiros uns 10. Não encontraram a mãe do rei, mas ficou morta a mulher que a acompanhava. Aí souberam que o *Ganga Zumba*, com o seu irmão *Gana Jona* e todos os potentados e oficiais se achavam na Cerca real de *Subupira*, onde contava o rei dar batalha à expedição. A 9 de outubro marcharam sobre *Subupira*, mas a encontraram reduzida a cinzas e deserta. Deliberou a expedição fundar ali um arraial que se denominou *Bom Jesus e a Cruz* e mandaram aviso a D. Pedro. Das forças de Carrilho desertaram, porém, por duas vezes, 25 brancos, o que as reduziu a 130 praças. Felizmente neste aperto chegaram ao arraial notícias dos reforços que enviava D. Pedro, sob a direção do sargento-mor Manuel Lopes. E com isso levantou-se o ânimo das tropas. Para mais reanimá-las, veio o sucesso coroar diversas excursões que partiram do arraial, nas quais os negros foram invariavelmente batidos e aprisionados. Em um destes encontros em que se fizeram muitos prisioneiros e sucumbiram alguns dos seus melhores capitães, o rei só conseguiu escapar pela fuga. Em novembro, souberam que o rei se achava na cerca do Amaro. Atacado o mocambo, fugiram os negros, deixando muitos prisioneiros, entre os quais dois filhos do rei, e deixaram mortos outro dos seus filhos e muitos dos seus guerreiros mais experimentados. Ainda desta vez escapou o rei pela fuga, mas acreditou-se que ferido de flecha. Depois de várias excursões, sempre coroadas de feliz êxito, a 27 de janeiro de 1678 partiu Fernão Carrilho para Porto Calvo, dando por destruído Palmares. Dentre os negros aprisionados, escolheu dois velhos, a negra angola Madalena e Mateus Dambi, sogros de um dos filhos do rei, e fê-los voltar aos Palmares, a fim de intimar o rei a se sujeitar ao governo de Pernambuco, sob pena de voltarem as tropas a destruí-los até o último.

Então separou-se o quinto para S. A. e os demais negros foram repartidos entre os soldados. Chegava Fernão Carrilho ao Recife ao mesmo tempo que novas de outras vitórias alcançadas sobre grupos de negros que por todos os lados fugiam de Palmares. Com as informações, prestadas pelos negros aprisionados, de que Palmares estava reduzida a mísero extremo sem cidade nem chefes, só restando ao rei alguns fiéis com ele internados pelas matas, resolveu D. Pedro enviar a Palmares um alferes com

intimação ao rei de que Fernão Carrilho ficava se preparando para voltar e pôr termo definitivo ao quilombo, mas que, se eles quisessem viver em paz com a colônia, lhes assegurava franca união, designaria terra para viverem e restituiria as mulheres e filhos que estavam em poder do governo.

Neste entretanto, D. Pedro passou o governo a seu sucessor Aires Sousa e Castro. Mas quase em seguida veio ter com ele uma embaixada do rei de Palmares, a negociar a paz. Significativas da influência africana e da independência e constituição bárbara ou selvagem em que havia Palmares, foram a entrada no Recife e o comportamento da comissão negra.

Natural foi o alvoroço que causara a vista daqueles bárbaros; porque entraram com seus arcs e flechas, e uma arma de fogo; cobertas as partes naturais, como costumam, uns com panos, outros com peles; com as barbas, uns trançadas, outros corridas, outros raspadas; corpulentos e valentes todos: a cavalo vinha o filho mais velho do rei, porque vinha ferido da guerra passada: todos se foram prostrar aos pés de D. Pedro d'Almeida e lhe bateram as palmas em sinal do seu rendimento e em protestação da sua vitória: ali lhe pediram a paz com os brancos.

Compunham a embaixada dois filhos do rei e 10 negros mais. D. Pedro os enviou ao Governador a cujos pés se prostraram, fazendo as mesmas promessas de paz, pedindo a liberdade para os nascidos em Palmares e sujeitando-se a entregar os que para lá tinham fugido das povoações, a abandonar Palmares para residir no sítio que lhes fosse designado.

Convocado um conselho das autoridades e pessoas mais influentes, foi votada a paz, comprometendo-se o *Ganga Zumba* a reduzir à obediência qualquer grupo recalcitrante que aparecesse. Desta deliberação se lavrou termo que um sargento-mor do 3º de Henrique Dias, que sabia ler e escrever, foi enviado a ler, como tratado de paz, ao rei de Palmares e aos seus.

As solenidades de que se revestiram todos estes atos davam a medida da real importância do Estado negro com o qual a colônia tratava agora como de nação a nação, celebrando tratados de paz e recebendo com solenidade as suas embaixadas. Não se comportaria assim um governo forte com agrupamentos fortuitos de negros fugidos que se devem reduzir à

obediência. E tudo isto forma curioso contraste com os esforços empregados para fazer crer que finalmente estava Palmares destruído.

V. Que eram ilusórias as esperanças do governador, os fatos vieram provar para logo. Já no ano seguinte, 1679, o próprio Aires de Sousa enviava contra Palmares uma expedição comandada pelo capitão Freitas Cunha, que foi batido pelos negros. Tão rápida foi a reconstituição de Palmares que apenas dez anos depois o governo de Pernambuco, de novo estando na necessidade de destruir o quilombo, teve de empregar recursos formidáveis para a época.

Desta vez o feito foi cometido aos Paulistas. O mestre de campo dos Paulistas, Domingos Jorge Velho, que as expedições contra os índios tornaram afeito às guerrilhas das matas brasileiras, propôs em 1687 ao governador Souto-Maior terminar a conquista de Palmares. No contrato que entre eles se firmou ficava a Jorge Velho a obrigação do transporte e condução das tropas e munições e ao governo estabelecer pontos de abastecimento em Alagoas e no Rio de São Francisco. As terras seriam doadas aos vencedores.

Segundo outra versão histórica¹¹, Domingos Jorge Velho fora enviado pelo governador geral da Bahia, cujo concurso o governador de

¹¹ A discordância das duas versões históricas sobre a intervenção dos Paulistas nas lutas de Palmares deve ser produto exclusivo da deficiência dos conhecimentos que a este respeito possuímos. Dessa deficiência resulta, com efeito, que muitas vezes se fundem num caso único circunstâncias que, de fato, se referem a feitos distintos. A primeira versão que é a do visconde de Porto Seguro, Perdigão Malheiro e outros, conta em seu favor dados tão positivos que não permitem pôr em dúvida a sua realidade. Porto Seguro indica a data precisa de 3 de março de 1687 para a assinatura de um contrato em 16 artigos, lavrado entre o governador de Pernambuco, José da Cunha Souto-Maior e Domingos Jorge Velho por seus procuradores o capitão-mor Cristóvão de Mendonça e o Carmelita frei André da Anunciação. Este contrato foi aprovado pelo governador geral a 3 de setembro de 1691 e pela corte, em Lisboa, a 7 de abril de 1903 e está publicado na íntegra na *Revista do Inst. Hist. e Geográfico do Brasil*, V, 1884, P. I., pág. 19.

Por outro lado não é provável que este contrato se tivesse mantido válido por todo o longo prazo de dez anos que media entre a sua assinatura e a destruição de Palmares em 1697. É, portanto, licito supor ou que tivesse havido duas intervenções distintas dos Paulistas em Palmares e a cada uma delas se refiram as duas versões; ou simplesmente que, reconhecida a insuficiência dos recursos de Jorge Velho para destruir o quilombo, um novo governador de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro, o 5,0 depois de Souto-Maior, tivesse solicitado o

Pernambuco, Caetano de Melo e Castro, havia solicitado para a realização de seu plano de uma campanha decisiva contra Palmares. Domingos Jorge Velho devia ir juntar-se às tropas pernambucanas em Porto Calvo, mas na suposição talvez de que por si só seria capaz de destruir Palmares, a pretexto de observar o inimigo em vez de seguir viagem pela estrada ordinária ao longo da costa, veio pelo interior de Alagoas. Chegou assim em frente a Palmares e acampou nas portas da cidade. Enquanto se observavam de parte a parte, os expedicionários ao terceiro dia dispersaram-se para saquear plantações de bananas, e os negros, que estavam atentos, caíram sobre eles. Travou-se sangrenta peleja em que se diz terem morrido e ficado feridos 800 homens das duas partes. O certo é que Domingos Jorge, balido, teve de retirar-se para Porto Calvo. Aí reunidos três contingentes de forças, o de Pernambuco comandado por Bernardo Vieira de Melo, o de Alagoas comandado por Sebastião Dias e os Paulistas do comando de Domingos Jorge, formou-se um efetivo de 6.000 homens, que para logo marcharam sobre Palmares. Ali chegando puseram cerco à cidade, acampando os três generais em frente às três portas; Bernardo Vieira na do centro e os outros dois nas laterais. Os Palmares, como medida de previsão, haviam destruído todos os pequenos mocambos dos arredores, reunindo na cidade toda a população e as provisões de que podiam dispor. Debalde tentaram muitas vezes as forças brasileiras tomar a cidade sitiada. Escasseavam já os recursos dos sitiados que escreveram ao governador de Pernambuco, pedindo reforço e sobretudo artilharia, sem cujo concurso reputavam impossível tomar-se a praça. Mas neste entremetentes chegam às forças do governo grandes reforços de mantimentos. E os sitiados, que o aperto do cerco já deixava esgotados de viveres e munições, afrouxaram a defesa. Depois de sanguinolentas e brilhantes lutas em 1695 e 1696 que o Visconde de Porto Seguro lamenta não tenham tido cronistas, Palmares tocava o seu termo.

concurso do governador e capitão geral D. Pedro de Alencastro, como afirma a segunda versão, que é a de Rocha Pita, Southey, etc.

O Visconde de Porto Seguro salienta a insuficiência dos nossos conhecimentos sobre as frases e peripécias da luta terminal de Palmares. Mas as recentes informações de Oliveira Lima (*Relação dos documentos portugueses e estrangeiros de interesse para o Brasil existentes no Museu Britânico de Londres*, Rio de Janeiro, em 1903) sobre a existência no *British Museum* de documentos minudentes relativos à história de Pernambuco entre 1690 e 1693, dão-nos a esperança de que estudos futuros venham a corrigir devidamente as lacunas e dúvidas apontadas.

Quando, rendidas as tranqueiras, os chefes Domingos Jorge, Bernardo Vieira e Sebastião Dias penetraram na praça sitiada, o Zambi com os seus principais capitães se haviam refugiado no alto de elevado penhasco que dominava todos os sítios e servira até então de observatório para as operações do assédio. Não querendo sobreviver à perda de Palmares, o Zambi e sua guarda dali se precipitaram, preferindo a morte gloriosa ao cativeiro desonrante que os aguardava.

Quando a notícia chegou a Olinda, estavam prontos a seguir para o teatro da guerra mais 2.000 homens com 6 canhões. Dos historiadores afirmam uns e negam outros que se tenha empregado a artilharia em Palmares. A destruição de Palmares foi completa; os habitantes reduzidos todos à escravidão e as habitações totalmente arrasadas. Celebrou-se em Olinda uma missa em ação de graças, realizou-se uma procissão e a capitania entregou-se às maiores expansões de alegria.

Em 1695 estava, pois, destruída a “Tróia negra”¹². Mas em relação à data exata da destruição de Palmares, muito divergem entre si os historiadores. Rocha Pita, Southey, etc., dão para isso o ano de 1695; Aires do Casal, o Visconde de Porto Alegre, etc., o ano de 1697. De uma comparação atenta das crônicas e documentos, parece concluir-se que em 1695 foi tomada e destruída a cidade principal de Palmares, sitiada pelas forças coloniais. Mas parte das forças dos negros conseguiu retirar-se dali e continuou a oferecer resistência em pequenos quilombos, só destruídos de todo em 1697.

É de crer, no entanto, que, ainda quando o negro Camuango, batido em 1703, tivesse estado em Palmares, o seu quilombo não deve ser contado como parte da república e sim Como um mocambo distinto, dos muitos que se constituíram até quase os nossos dias enquanto durou a escravidão.

Matoso Maia¹³ contesta a versão do suicídio do Zambi, fundando-se em que, numa carta, datada de 2 de janeiro de 1696, do governador geral D. João de Lencastro, em resposta a outra do governador de Pernambuco, se diz ter falecido o Zambi em peleja. “O Zambi, traído afinal por um mulato e atacado no seu mocambo onde lhe restavam apenas seis homens, morreu

¹²“Tróia negra chamou Oliveira Martius a Palmares e uma Ilíada a sua história. O *Brasil e as colônias portuguesas*. Lisboa, 1876, pág. 64.

¹³ Matoso Maia, *Lições de História do Brasil*, 4ª ed., 1895, pág. 180.

pelejando com a maior coragem”. O Revm. Rafael Galanti¹⁴ corrobora a opinião de Matoso Maia, publicando duas cartas régias pertencentes ao Dr. Studart, do Ceará. Na primeira, de 25 de agosto de 1696, ao governador de Pernambuco, o rei confirma o perdão que Melo e Castro tinha prometido ao mulato que entregou o Zambí: na segunda, de 13 de janeiro de 1698, ao provedor da fazenda de Pernambuco, se refere o rei a um prêmio de cinquenta mil réis, dado ao capitão André Furtado de Mendonça que matou e cortou a cabeça ao Zambí. É possível que tais cartas se refiram a um só mesmo fato. Mas seguramente elas não são ainda suficientes para invalidar a versão primitiva do suicídio do Zambí.

Por um lado, é certo que havia em Palmares, além do Zambí rei, diversos Zambís gerais, de sorte que podia muito bem ter sucedido que um Zambí tivesse sido traído e morto em combate; outro tivesse sido morto e decapitado pelo capitão Mendonça e um terceiro finalmente se precipitado do penhasco.

Por outro lado, Zambí não era o nome de um indivíduo, mas o título de um cargo. Nada impede, portanto, que um Zambí, na tomada da cidade principal, se tivesse precipitado da montanha, e o Zumbi, que o sucedeu na direção das forças dispersas, fosse traído, encontrado reduzido ao extremo que descreve Matoso Maia, e morto em combate. Esta interpretação é tanto mais aceitável quando se sabe que a destruição do quilombo não parece ter coincidido com a tomada da cidade sitiada, pois ainda por alguns anos teve o governo de bater pequenos redutos ou mocambos de negros fugidos.

VI. Que raça, que povo negro fez Palmares ou ali predominou; que crenças professava; a que grau de cultura tinha atingido; que capacidade de organização social possuía, tais são outras tantas interrogações que não figuram no questionário do Desembargador Silva Pontes, mas que constituem a essência mesma das investigações que nos ocupam.

Um primeiro ponto pode ficar desde já liquidado. Os Negros musulmis ou males que, como vimos, promoveram, no século XIX, as guerras santas da Bahia, ou não estiveram em Palmares, ou não exerceram ali a menor influência.

¹⁴ Rafael Galanti, *Compêndio de História do Brasil*, tomo III, São Paulo, 1902, págs. 44 e seguintes.

Vimos que a principal importação para o Brasil de negros muçulmanos coincidiu com as transformações políticas e religiosas do Haussá, no começo do século XIX; mas muito antes disso, negros muçulmanos podiam perfeitamente ter entrado na colônia com as procedências da Senegâmbia, onde já sabemos terem ido parar frações de Negros fulás ou fulos, procedentes do reino do Mali e convertidos pelos Bérberes ao Islamismo.

No entanto, a existência, em Palmares, da capela e das imagens católicas encontradas na sua capital Maccos e da igreja mencionada no *Diário* de Blaer não consente dúvida a este respeito, pois foi sempre absoluta a incompatibilidade dos cultos católico e muçulmano.

Eram, pois, negros fetichistas os que ali se congregaram, ou pelo menos os que deram organização e governo a Palmares.

Resta saber se sudaneses ou bantus.

Diversos historiadores pátrios são acordes em afirmar serem de Guiné os quarenta negros que fundaram Palmares segundo uns (Aires do Casal), ou segundo outros, que reconstituíram os Palmares destruídos pelos Holandeses. No entanto, excluída esta única referência, tudo o mais leva a crer que Palmares fosse uma criação exclusivamente bantu. Duas circunstâncias não consentem aliás que se de àquela referência um valor exagerado. Em primeiro lugar, naqueles tempos a designação de Guiné abrangia muitas vezes, no domínio português, toda a África Ocidental, dividida em Guiné setentrional e Guiné meridional, como ainda se conserva na atual Guiné. Em segundo lugar, muito fácil era suceder que, dominados pelo número dos Angolas que a eles se agregaram nos quilombos, de todo fosse nulificada a influência dos 40 fundadores primitivos. Mais facilmente ainda seria assim, se esta origem guiné se deve entender dos Palmares da ocupação holandesa que pelos batavos, dizem, foram destruídos.

Verifica-se, de fato, que nos documentos da época as referências à gente bantu são repetidas e positivas.

Era angola a velha Madalena que com Matias Dambi foi enviada por Fernão Carrilho a Palmares com a missão especial de demover o *Zambí* a se render. E a escolha se justificava pela influência de que deviam eles gozar junto ao governo de Palmares, na qualidade de sogros de um dos filhos do

Zambi. No documento do Cons. Drummond, encontra-se mesmo a designação da população de Palmares por nomeação coletiva do povo bantu. Ali se lê, por exemplo, de um esforçado e influente cabo de guerra palmarino, que figurava numa leva de prisioneiros, “o *Ganga-muisa*, mestre de campo da *gente de Angola*”.

É lícito deduzir ainda de outras circunstâncias o mesmo ensinamento. O que mostra a observação contemporânea da influência dos sudaneses quer no Brasil, quer nas Antilhas, deixa prever que, se ali tivessem eles predominado, a constituição dos cultos iorubano, gege ou tsi se teria revelado aos expedicionários. E a história não faz a menor referência a culto de animais ou de outras divindades em Palmares. Este fato, que seria inexplicável com os sudaneses, está perfeitamente de acordo com a ideia de que fossem diretores de Palmares negros bantus, cuja pobreza mítica está hoje perfeitamente reconhecida e demonstrada, o que lhes permitiu adotar uma caricatura da religião católica dos colonos.

Não é seguramente peculiar aos bantus, mas neles como que se aperfeiçoam e completam as saudações oficiais por gestos e palmas de que os Palmarinos deixaram eloquente exemplo na embaixada enviada a D. Pedro de Almeida. Todavia cumpre reconhecer que antes foi este o melhor atestado da franca *tournaire* africana que tinha tomado a organização de Palmares, com prejuízo da influência dos crioulos ou indígenas que por acaso ali se tivessem acolhido.

Mas na preferência da língua, — veículo em que para Palmares transportaram os Negros as suas tradições de governo em África com as suas crenças — esculpiu-se indelével na república dos pretos a influência diretora dos negros meridionais ou bantus.

Em termos e denominações de corrente uso em Palmares, é lícito descobrir o cunho bantu, mesmo através dos erros de pronúncia e das falhas inevitáveis na reprodução escrita dessas palavras. Em algumas, porém, que chegaram aos nossos dias, em pureza adamantina conservou-se a sua integridade original.

São as crenças religiosas bantus que se revelam no termo *Zambi*, o qual, aplicado a designar o rei ou chefe de Palmares, entre nós se celebrou e passou à história. *Zambi*, como é notório, é a palavra com que os povos bantus nomeiam a sua principal divindade. Após o ensino dos missionários

assim chamaram eles o Deus dos cristãos, ou, como eles dizem, o *Zambi* dos brancos.

Não pareça estranho que os negros de Palmares, sendo bantus, tenham adotado para designar seu rei o nome da sua principal divindade. Em povos negros não é caso virgem. Como verificou Binger¹⁵, autoridade em línguas sudanesas, o nome de “Dufinê”, do rei ou chefe dos “Niê-niêguês”, em “bobô-niê-nieguê”, significa “Deus”. Demais os Palmarinos estavam evidentemente impregnados do ensino católico das fazendas e engenhos, e dispunham assim, na palavra portuguesa deus, de outra expressão para designar as suas confusas ideias religiosas.

Acresce que, não sem fundamento, dos nossos historiadores especificam muitos que *Zambi* significava para os negros de Palmares o deus da guerra, um gênio terrível e guerreiro. Ora, quando se estuda com particular atenção os escassos documentos que possuímos sobre a constituição íntima de Palmares, verifica-se que nem sempre coube ali ao rei a denominação de *Zambi*. Nos escritos holandeses que consultei, não encontrei referência à designação *Zambi* e todavia Barleo chega a dar os nomes dos reis de Palmares do seu tempo: Bartolomeu Lintzin, do pequeno Palmares e um tal Magalhães, do grande Palmares. Mais tarde, ao tempo das expedições de D. Pedro de Almeida, o rei era chamado *Ganga Zumba*.

Reconhecem-se todos obedientes a um que se chama o Ganga Zumba, que quer dizer Senhor Grande; a este tem por seu rei todos os mais, assim naturais dos Palmares como vindos de fora; tem palácios, capas da sua família, é assistido de guardas e oficiais, que costumam ter as Casas Reais; é tratado com todos os respeitos de Rei e com todas as cerimônias de Senhor; os que chegam à sua presença põem logo o joelho no chão e batem as palmas das mãos, sinal do seu reconhecimento e protestação da sua excelência, falam-lhe por Majestade, obedecem-lhe por admiração¹⁶.

Zambi era então o general em chefe do exército, certamente em relação com a ideia de que ele representasse o deus da guerra.

Zambi e *Ganga Zumba* eram, pois, duas entidades distintas: ao passo que o rei ou *Ganga Zumba* residia na cerca *real* do Macaco, o *Zambi* residia

¹⁵ *Loc. cit.*, vol. I, pág. 409.

¹⁶ *Rev.do Inst. Hist. e Geogr.*, vol. 22, pág. 306.

num mocambo próprio e distinto, 16 léguas a N.O. de Porto Calvo. O *Zambi* era então ao mesmo tempo general em chefe e governador do seu mocambo. Parece mesmo que o título de *Zambi* também equivalia então ao de governador de quilombo, dos que se confederavam sob a direção suprema do *Ganga Zumba* ou rei. Os cronistas fazem menção de diversos Zumbis existentes naquela época. Dando conta de um dos feitos da expedição Carrilho, escrevem: “Prenderam mais o Anajuba, dois filhos do rei, chamados *Zambi* e *Jacainen*, aquele homem, esta mulher, etc”¹⁷. O Matias Dambi, sogro de um filho do rei, do manuscrito do Cons. Drummond, figura como Matias *Zambi*, no artigo do Sr. Pedro Paulino redigido por um manuscrito de 1638 da Biblioteca Pública Eborense.

Mas, naturalmente por que esse general fosse as mais das vezes o próprio rei, é certo que ao chefe dos Palmares por fim se deu aquele título. A atribuição da direção dos exércitos ao Deus ou à principal divindade de cada povo, — concepção comum às gentes selvagens, barbaras e... civilizadas, — torna compreensível a encarnação dessa divindade nos guerreiros vitoriosos a que ela assiste. E por este modo nos habilitamos, primeiro a apanhar em flagrante a gênese ou procedência da denominação régia de *Zambi*, dada ao chefe de Palmares, nas crenças religiosas dos Negros; e em seguida a remontar dessas crenças à procedência bantu dos diretores de Palmares.

Afora alguns escritores coloniais em que se encontra escrito corretamente *Zambi*, a grande maioria dos nossos historiadores escreve *Zumbi*¹⁸ por *Zambi*, erro ortográfico que o Visconde de Porto Seguro já havia corrigido de acordo com o *Dicionário Abreviado da Língua Conguesa* de Cannecathim.

Mais prosódico do que ortográfico devemos considerar aliás o erro denunciado, pois é de *Zumbi* e não *Zambi* a forma por que ele se conserva na tradição popular brasileira. Ainda hoje, principalmente nos estados do Norte do Brasil, conserva a significação de divindade ou santo dos negros da Costa.

E, segundo a impressão que dele recebi na infância, nos contos das amas de menino, assim se designaria um ser misterioso, algo de feiticeiro, escuso e retraído, só trabalhando e andando às desoras. Daí a sentença popular: “Você está feito *Zumbi*”, para crismar aquele que é de natural macambúzio, ou tem o vezo de passar noites em claro, ou ainda prefere o trabalho às horas mortas. Concorda plenamente com esta impressão pessoal a descrição que do termo *Zumbi* dá o Visconde de Beaurepaire-Rohan no seu *Dicionário de vocábulos brasileiros*. E aí se aponta a sua origem da língua bunda.

Tudo isto para firmar que se trata de um termo ainda, hoje vivo entre nós na sua acepção religiosa africana. E, portanto, no século XVII e para negros chegados da África não podia ser ele uma expressão obsoleta e apartada da sua significação original e própria. Donde se apura e confirma a sua inspiração em crenças vivas dos negros que constituíram e dirigiam Palmares, crenças que não podiam ser senão as de africanos bantus.

A procedência bantu não é menos clara e direta nas expressões *Gana*, *Iomba*, *Gana Zona*, dada a irmãos do rei de Palmares e seus generais. *Gana* é manifestamente a palavra kimbunda *ngana* que significa Senhor. Mas não é certo ou pelo menos não conheço o significado bunda da palavra *Zona* e *iomba*, que suponho simples variantes de pronúncia, aplicadas ao mesmo termo, pois que na descrição parece designarem o mesmo indivíduo. *Zona* e *iomba* muito se aproximam de mona que na língua da Lunda significa irmão, ao passo que no Kimbundo significa filho. A expressão *Gana Zona* se completaria em “Senhor Irmão”, sabendo-se que ela era aplicada ao irmão do rei.

No texto o título *Ganga Zumba* dado ao rei está traduzido por *Senhor Grande*, o que mostra ser *ganga* uma simples variante de *gana* ou *ngana*.

É de todo o ponto inadmissível que *Ganga Zumba* fosse, como pensa o Pe. Galanti, “o nome pessoal do *Zambi* que assentou as pazes em 1678”. *Ganga*, *ngana*, *mganga*, significa em kimbundo *feiticeiro*, *grande sacerdote*: *maganga*, segundo Macedo Soares, seria chefe, principal. E este autor deu a razão filológica do porque a palavra africana *mganga* ou *nganga* se transformou em português em *ganga* ou *maganga*.

¹⁷ *Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Brasil*, vol. 39, 1876, pág. 309.

¹⁸ Zombé, escreveram Aires do Casal e Ferdinand Denis.

Entretanto, escreve ele¹⁹, as línguas neo-latinas não admitem as nasais *mb*, *nd*, *ng*, sem que sejam precedidas da vogal. E daí vem que daquelas palavras africanas as que ficaram no brasileiro ou perderam a primeira consoante ou tomaram vogal inicial: *mbirimbau* ficou *birimbau* ou converteu-se em *marimbau*; *mganna* passou a *anganna* (ou *gana*): *Ngola* a *Angola* etc.

Ganga Zumba e, pois, um simples título e significa rei, de sorte que dizer “o rei Ganga Zumba” soa como o rei czar, o rei schab, o rei zambi, etc. Não merece discussão a errônea e infundada suposição do Sr. Pedro Paulino da Fonseca de que *ganga zumba* ou *ganga sona* fosse uma locução híbrida do termo africano *ganga* e do indígena *açu*. Este açu vem apenas de se ter dito que *zanga zumba* significava *senhor grande*.

Não sei a significação de *Zumba*, mas encontrei nos nossos negros bantus a expressão *cazumba*, ou *cazumbá*, onde o prefixo *ca* a denuncia a origem bantu. Em rigor, o título de *Ganga Muisca* dado a um dos generais de Palmares está no caso da expressão antecedente. Mas não estou habilitado a dar a verdadeira interpretação de outras expressões correntes em Palmares e naturalmente de origem africana também.

Assim, do exposto, podemos inferir que eram as tradições da organização política e guerreira dos povos bantus a que os títulos dos seus generais e chefes repetiam de modo claro em Palmares.

Na cultura e polícia não consta que Palmares fosse além da ordem estabelecida na direção da defesa interna e externa de onde procederam os *Zambis*, os seus magnates, auxiliares, mestres de campos e juizes, seus conselhos e assembléias: como não consta na ordem industrial tivesse passado da aplicação agrícola e comercial, estritamente necessária à manutenção do pequeno estado. E tudo isto em nada excede a capacidade dos povos bantus. Antes se pode afirmar que francamente voltaram eles à barbaria africana.

VII. *Insurreição africana de Minas Gerais em 1756*. — Ao suposto levante de Minas Gerais aprazado para 15 de abril de 1756 não cabe sequer o qualificativo de *Insurreição malograda* que lhe empresta Xavier da

¹⁹ Macedo Soares, *Sobre a etimologia da palavra boava ou emboaba*. Revista Brasileira, 1879, tomo II, pág. 592

Veiga²⁰. Guiado pelas referências de Varnhagen a uma quarta sedição formal de Minas Gerais na data predita, propôs-se Veiga a verificar a natureza do sucesso, apurando que os negros fugidos de Minas Gerais, reunidos em quilombos que se tornaram respeitáveis pelo número dos marrões, se combinaram com os das Minas e plantações para operar de concerto um golpe insurrecional de grandes proporções.

Na quinta-feira santa, 15 de abril de 1756, enquanto divididos os proprietários se entregassem descuidosos à prática cristã da visita às igrejas, os negros que, em grande número, todos os anos, afluíam a esta festa, cairiam sobre eles, matando todos os homens brancos e mulatos e poupando apenas as mulheres. Já se diziam indicados os que deviam ocupar altos cargos na direção da capitania. Tal é em resumo a comunicação que Veiga desentranhou de duas cartas contidas no *Livro de registro* do senado da câmara de Vila Rica, relativo aos anos de 1754 e 1756; dirigidas, uma às câmaras da Vila Real, de São João del-Rei do Rio das Mortes, de Sabará e da cidade de Mariana, e outra ao bispo diocesano a quem se pedia não fossem abertas as igrejas no citado dia.

Não vão, porém, essas cartas além da comunicação de uma suspeita que naqueles tempos, ao que parece, de contínuo povoava a consciência pouco tranquila dos senhores de escravos. Nelas isto mesmo expressamente se afirma.

Esta notícia que só como voz vaga foi a princípio atendida, tem chegado a manifestar indícios que requerem toda a atenção por se sinalarem escravos que se dizem propostos para reger as Minas, resolutos, além de patentear em parte muitas práticas tendentes a tal conspiração e ser certo que em anos anteriores se tenham percebido andar de semelhantes intuítos sem que se chegasse a experimentar os seus cruéis efeitos: não parece desacerto acautelar uma mina que pode com lastimoso sucesso desenganar da sua possibilidade.

Ao diocesano se dizia:

Em diversos anos se tem justamente temido uma geral sublevação dos escravos desta capitania e suposto que os fatos não tenham

²⁰ Xavier da Veiga. *Efemérides mineiras* (1664 a 1897), Ouro Preto, 1897, 2 vols. (15 de abril).

confirmado este receio pela providencia que se tem dado, este presente ano são tão veementes os indícios que passam a se fazerem prováveis assim por constar terem os negros aquilombados tratado com os que vivem nas povoações de darem a morte aos seus senhores na noite de quinta-feira santa, como por se assinalarem escravos que hajam de suceder nos governos aos que já supõem destruídos.

Como nos muitos boatos de tentativas de geral sublevação de escravos, que se tinham repetido em anos anteriores, é quase certo que também neste os fatos não confirmaram os receios daqueles a quem bem dizia a consciência que, para tê-los, lhes sobejavam motivos.

A circunstância de se referir o fato a um dia da semana santa aproxima da tentativa descrita por Veiga esta outra a que se refere Southey²¹.

Tinham os negros formado uma conspiração para assassinar todos os brancos na terça-feira santa; descobriu um oficial a trama ainda em tempo, mas em consequência talvez da descoberta, tantos negros fugiram para as selvas que, receando-se o mesmo mal já experimentado na província de Pernambuco, instituíram-se os chamados capitães de mato (1724).

Não é, pois, de estranhar que, “nem os documentos do tempo, nem a tradição tivesse guardado os nomes dos modernos e obscuros Spartacus”, pois que estes nunca existiram. E é neste silêncio geral que se confirma a suposição de que não passassem de novos boatos infundados aquelas notícias de tentativas de sublevações de escravos.

Claro se impõe assim a nenhuma relação existente entre esta suposta sublevação de escravos e a destruição dos quilombos situados do Rio Grande ao Rio das Mortes.

Veiga procura descobrir os vestígios da malograda sublevação na expedição de Bartolomeu Bueno em que as sete companhias de gente escolhida, mandadas levantar pelo Conde de Bobadela para destruir os quilombos do Campo-Grande,

marchavam abrindo caminhos e picadas que não havia, por serras e sertões, navegando rios com muitas cachoeiras difíceis e perigosas e

depois de suportarem e padecerem com admirável constância os maiores trabalhos, fome e fadigas, chegaram enfim aos quilombos... e os destruíram todos, voltando passados seis meses, que tanto durou a expedição.

No entanto, das provas e documentos produzidos, mais não se pode em boa mente descobrir do que a existência de dois fatos distintos e correlativos: o justo receio da população de Minas de uma sublevação promovida pelos formidáveis quilombos do Rio Grande e a destruição destes quilombos pela expedição de Bartolomeu Bueno. O segundo sucesso não autoriza, porém, a conclusão de que tivesse tido realidade aquela suspeita de uma tentativa de levante na noite de 15 de abril de 1756. É pelo contrário muito positiva a afirmação de Pedro Taques de Almeida Pais Leme, autor da *Nobiliarquia Paulistana*, de que foi para evitar um futuro levantamento de pretos contra os brancos, que Freire de Andrade induziu Bartolomeu Bueno do Prado a destruir o quilombo do Rio Grande.

À circunstância bárbara e repugnante de ter Bartolomeu Bueno trazido como troféu da vitória 3.900 pares de orelhas tiradas aos negros destroçados e mortos, não se pode conferir mesmo o valor especial de documentação da desumanidade e crueza do cativo colonial. Sentimentos ferozes de uma época bárbara, que mais de um século depois o sucesso do vapor “Marques d’Olinda”, aprisionado pelos Paraguaios, veio mostrar que ainda não se tinha apagado de todo, são essas antes práticas guerreiras de selvagens do que pròpriamente atrocidades do cativo.

Seja como for, ainda nestes sucessos de Minas Gerais não se descobre indício de que inspirassem aos africanos escravos os sentimentos religiosos ou políticos que no começo do século XIX se mostram claros nos negros da Bahia.

VIII. INSURREIÇÕES DE SÃO TOMÉ, SÃO JOSÉ DO MARANHÃO, MATO GROSSO, DO RIO DE JANEIRO, ETC. A história das demais revoltas de escravos e de ataques a mocambos é em geral muda em informações ao ponto que nos preocupa. Em São Tomé, terrível insurreição de escravos destruiu o estabelecimento. Em 1772, em São José do Maranhão, os negros fugidos aliados aos índios atacaram a povoação e tiveram de ser aniquilados.

Em 1770, o quilombo da Carlota em Mato Grosso foi destruído após brilhante defesa. Para 1650 os mocambos do Rio de Janeiro foram destruídos pelo capitão Manuel Jordão da Silva.

²¹ Southey, *Hist. do Brasil*, Rio de Janeiro, 1862, trad. de F. Pinheiro, vol. 5, pág. 321.

Apêndice

Estava terminada a composição deste capítulo e já tiradas as primeiras folhas de impressão quando recebi carta do Sr. Dr. Alfredo de Carrvalho, em que, com o enviar-me valioso subsídio de novas e excelentes informações sobre o período holandês de Palmares, faz por si mesmo a correção do erro de Driesen a cuja demonstração já havia eu chegado por minha parte. Escreve-me o Sr. Dr. A. de Carvalho:

Nieuhof esteve aqui no Brasil de 1640 a 1648 e pela sua descrição de Palmares parece se deve inferir que Driesen, na sua *Leben des Fuerstens von Nassau Siegen*, laborou em erro dando a entender que a expedição de 1643 fora dirigida contra um quilombo situado na Paraíba do Norte. Houve da sua parte confusão entre o rio Paraíba, em Alagoas, e o outro do Estado do mesmo nome.

Como se vê, é precisamente a conclusão a que cheguei no texto, mas já era tarde para tomar ali em conta a retificação do investigador pernambucano.

São de alto valor as informações que acompanharam a sua carta. Largo trecho da obra do holandês João Nieuhof: *Gedenkwaardig Brasiliaense Zee-en-Laut-Reize*. Amsterdam, 1682, *in fol.*, página 14, em que se dá notícia detalhada dos Palmares. Tão fielmente reproduz Barleo a descrição de Nieulrof que se pode considerar aquele o inspirador deste na parte relativa ao célebre quilombo.

Não menos valiosos são os trechos dos *Relatórios do Supremo Conselho do Recife à Assembleia* dos XIX, em 5 de abril e 10 de maio de 1641. Da notícia minuciosa da expedição de Bareo ou Baro se vê que era este uma espécie de aventureiro aproveitado pelos Holandeses. Aí se fez uma apreciação justa do feito de Bareo.